



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 7, DE 2007 (nº 8/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submcto à apreciação dc Vossas Exclências a escolha, que desejo fazer, da Senhora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Os méritos da Senhora Maria Luiza Ribeiro Viotti que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de janeiro de 2007.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "HENRIQUE MEIRELLES", is placed over a large, thin-lined oval.

EM Nº 00003 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

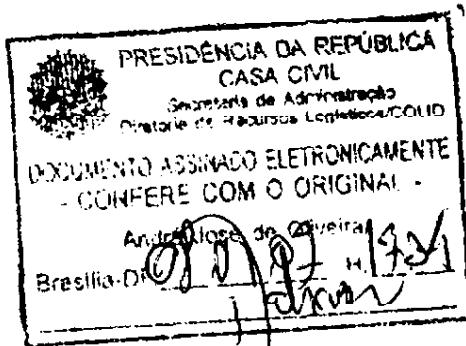
Brasília, 5 de janeiro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação da Senhora **MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI**, Ministra de Princípia Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* da Senhora **MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

I N F O R M A Ç Ã O

C U R R I C U L U M V I T A E

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI

CPF.: 13209450668

RG.: 6228 – MRE/DF

- 1954 Filha de José Carlos Ribeiro e Dirce Neves Ribeiro, nasce em 27 de março, em Belo Horizonte/MG
- 1976 CPCD - IRBr
- 1976 Divisão de Informação Comercial, assistente
- 1976 Terceira Secretaria em 9 de novembro
- 1978 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
- 1978 Ciencias Económicas pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal
- 1979 Segunda Secretaria, por antigüidade, em 21 de junho
- 1979 Feira Internacional de Maputo, Diretora do Pavilhão
- 1981 Mestre em Economia pela UnB
- 1982 CAD - IRBr
- 1984 Primeira Secretaria, por merecimento, em 29 de junho
- 1985 Missão do Brasil junto à ONU, Nova York, Primeira Secretaria
- 1988 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais, assessora
- 1989 VIII Reunião da Comissão para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, Hobart, Austrália, Chefe de delegação
- 1990 Gabinete do Ministro de Estado, Coordenadora-Executiva
- 1990 Conselheira, por merecimento, em 18 de dezembro
- 1992 Instituto Rio Branco, CPCD, Professora de História das Idéias Políticas
- 1992 Medalha da República Oriental do Uruguai, Oficial
- 1993 Embaixada em La Paz, Conselheira
- 1995 Secretaria de Imprensa do Gabinete do Ministro de Estado, Subchefe
- 1995 CAE - IRBr, O Gás nas Relações Brasil-Bolívia
- 1996 Divisão da América Meridional I, Chefe

- 1997 Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, Chefe de delegação
- 1997 Ordem do Mérito Militar, Oficial
- 1997 Ministra de Segunda Classe, por merecimento, em 29 de junho
- 1997 Ordem de Bernardo O`Higgins, Chile, Grande Oficial
- 1997 Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, Chefe de delegação
- 1997 Medalha Mérito Tamandaré
- 1998 Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, Chefe de delegação
- 1998 Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador
- 1999 Missão do Brasil junto à ONU, Nova York, Ministra-Conselheira
- 2000 Comissão de População e Desenvolvimento, Chefe de delegação
- 2000 Comissão de Desenvolvimento Social, Chefe de delegação
- 2000 Junta Executiva do UNICEF, Chefe de delegação
- 2000 Ordem de Rio Branco, Grande Oficial
- 2000 As Relações Brasil-Bolívia sob o Signo da Cooperação Energética (1920-1990), in **SESSENTA ANOS DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA 1930-1990 - vol. 3**, José Augusto Guilhon Albuquerque (organizador), Editora da USP, São Paulo
- 2001 Segunda Sessão Substantiva de Implementação da Cúpula da Criança, Chefe de delegação
- 2001 Comissão sobre a Situação da Mulher, Chefe de delegação
- 2001 Junta Executiva do PNUD, Chefe de delegação
- 2001 Junta Executiva do UNICEF, Chefe de delegação
- 2001 Comitê Preparatório da Conferência sobre Financiamento do Desenvolvimento, Chefe de delegação
- 2001 Comitê Intersessional do Foro de Ministros da América Latina e do Caribe sobre Meio Ambiente, Cidade do México, Chefe de delegação
- 2002 Junta Executiva do PNUD, Chefe de delegação
- 2002 Junta Executiva do UNICEF, Chefe de delegação
- 2003 Forum Permanente sobre Assuntos Indígenas, Chefe de delegação
- 2003 Comissão sobre População e Desenvolvimento, Chefe de delegação
- 2003 Junta Executiva do UNICEF, Chefe de delegação

2003 Junta Executiva do PNUD, Chefe de delegação

2004 Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, Diretora-Geral

DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

Informação ONU

A Organização das Nações Unidas foi criada em 1945 por 51 Estados, entre os quais o Brasil, para evitar a repetição da experiência traumática de duas guerras mundiais. Representa marco no direito internacional ao estipular condições restritivas para o uso da força em prol da manutenção da estabilidade internacional e da coexistência pacífica e solidária entre os povos.

Profundas mudanças alteraram o cenário internacional desde então. O acelerado processo de descolonização dos anos 1960 e 1970 e a mais recente onda de fragmentação de certos Estados (entre os quais a antiga União Soviética e a Iugoslávia) elevaram o número de Estados soberanos. Hoje, a ONU possui 192 membros, a grande maioria países em desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a agenda internacional evoluiu e ampliou-se. Discutem-se, hoje, no âmbito da Organização, assuntos tão diversos como meio ambiente, tecnologias da informação, direitos humanos e o combate à fome e à pobreza. Questões como a manutenção da paz e da segurança internacionais adquiriram novos contornos, seja pela natureza interna de alguns conflitos, seja pelo envolvimento de atores não estatais.

O Brasil defende, sem restrições, os “princípios fundamentais” da Carta da ONU: a solução pacífica de controvérsias, a não-ingerência em assuntos domésticos, a defesa da paz e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. O País tem procurado, em sua atuação nas Nações Unidas, contribuir ativamente para o avanço dos três pilares que sustentam as atividades da Organização: a promoção da paz e da segurança internacionais, a defesa dos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento.

No biênio 2004-2005, o Brasil ocupou pela 9ª vez um assento não-permanente no Conselho de Segurança.

O Brasil possui relevante histórico de contribuição aos esforços de manutenção da paz e da segurança internacionais no âmbito das Nações Unidas. O País participou de mais de 30 missões de paz, tendo cedido mais de 17 mil homens a missões da ONU. Atualmente, mais de 1200 militares e policiais brasileiros participam em nove das quinze missões militares em operação.

No Haiti, o Brasil tem exercido, desde 2004, a responsabilidade pela liderança do componente militar da missão de paz das Nações Unidas, a MINUSTAH. Apesar da situação ainda inspirar cuidados à comunidade internacional, são encorajadores os desenvolvimentos políticos e institucionais ocorridos naquele país.

Entre os principais temas na agenda internacional, constitui motivo de grande apreensão a persistência de crises no Oriente Médio, cujos aspectos mais salientes são, neste momento, o recrudescimento da instabilidade no Iraque, o impasse no conflito israelo-palestino e as seqüelas das hostilidades entre o Hezbollah e Israel no Líbano. São igualmente preocupantes situações como a crise humanitária em Darfur, no Sudão, e os testes nucleares na Coréia do Norte. Todas essas questões, hoje sob o exame das Nações Unidas, merecem detida atenção por parte do Brasil.

Para o Brasil, o aperfeiçoamento da estabilidade internacional está diretamente associado à capacidade de atendimento das necessidades de desenvolvimento econômico da maioria dos membros da comunidade internacional. Em consonância com essa convicção, o Governo brasileiro lançou em 2004, em parceria com a França, Chile e Espanha, a Ação contra a Fome e a Pobreza, a que se somaram posteriormente Alemanha, Argélia e África do Sul. Com o apoio do Secretário-Geral da ONU, a iniciativa tem procurado colocar e manter o tema do desenvolvimento no topo da agenda internacional e identificar fontes inovadoras de financiamento, inclusive para respaldar o cumprimento das Metas do Milênio. Lançamos, em setembro, nas Nações Unidas, um primeiro projeto piloto – a UNITAID – que atuará na compra de medicamentos para o tratamento de HIV/AIDS, tuberculose e malária em países em desenvolvimento, de forma a favorecer redução de preços e diversificação de fornecedores.

O início do século XXI encerra grandes desafios. A violência, o medo, a fome e a insegurança continuam a atingir grande parte da humanidade, que se encontra, como nunca, indissoluvelmente associada em seu destino. No entanto, a capacidade de ação da comunidade internacional se vê tolhida. As Nações Unidas têm sofrido com o enfraquecimento do multilateralismo. Esses desafios requerem, ao mesmo tempo, reafirmação dos compromissos com os princípios e propósitos da Carta e esforço de adaptação à ordem em que vivemos.

Nesse contexto, o Governo brasileiro tem respaldado a iniciativa de renovação do sistema da ONU. Consideramos oportuna e necessária a instauração da Comissão de Construção da Paz, mediante proposta de que o Brasil foi co-patrocinador. Apoiamos a transformação da Comissão de Direitos Humanos em um Conselho, tendo em vista a necessidade de maior presteza e efetividade na consideração de temas dessa importância, com menor grau de politização e seletividade.

Entretanto, o Governo brasileiro acredita que nenhuma reforma da ONU estará completa sem a reforma do Conselho de Segurança. O Brasil está convencido de que somente a ampliação do número de assentos em ambas as categorias poderá sanar o

déficit de representatividade do Conselho. Além disso, consideramos a inclusão de países em desenvolvimento como membros permanentes fundamental para o reforço da legitimidade de suas resoluções.

Não obstante a magnitude dos desafios que a ONU enfrenta, a experiência, a autoridade e a legitimidade da Organização continuam a lhe conferir papel singular e insubstituível na aproximação dos povos e na regulação do convívio internacional.

DOI, 4 de janeiro de 2007

Aviso nº 16 - C. Civil.

Em 5 de janeiro de 2007.

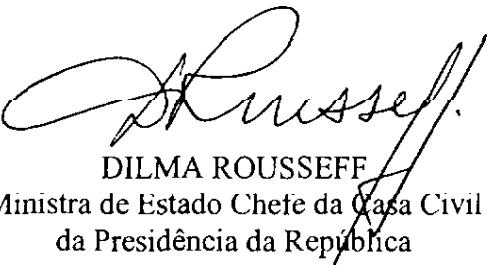
A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no Diário do Senado Federal, de 6/2/2007.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS:10090/2007)